

Técnica, política e jornalismo nas disputas por legitimação de um plano econômico*

Rafael Fortes**

Introdução

“Os meios de comunicação (em particular o jornalismo) acrescentam outro fio a essa trama, sobre a qual os especialistas fazem com que seus juízos pareçam objetivos, atribuindo objetividade à prática tecnológica” (Sarlo, 2000, p. 168).

Em vigor entre fevereiro e novembro de 1986, o Plano Cruzado ganhou amplo espaço na mídia, sobretudo nas primeiras semanas. Foi o primeiro caso de plano econômico com grande sucesso popular no Brasil, permanecendo até hoje como episódio emblemático de participação popular, e também de fracasso, tendo sido uma tentativa eficiente, mas viável somente a curto prazo, de combate à inflação. A partir do lançamento das medidas econômicas, realizado de forma abrupta pelo governo Sarney, o jornalismo desempenhou um papel importante, esclarecendo a população a respeito das medidas. De que forma o jornalismo atuou na cobertura do Plano? Ele defendeu o Plano Cruzado. Ele o fez isto sobretudo através dos enquadramentos utilizados, e o apoio prestado foi essencial para o sucesso do Plano.¹

O objeto empírico deste artigo é constituído pelo material sobre o Plano Cruzado publicado nas principais revistas semanais de informação do país à época, *Istoé* e *Veja*. Em linhas gerais, as revistas enquadraram as posições dos diferentes agentes a respeito das medidas em função do apoio ou crítica. Em outras palavras, ou se estava a favor, ou contra o pacote. O Plano foi considerado um conjunto de medidas benéfico para o país, principalmente por buscar o fim da inflação, e as posições favoráveis ao pacote econômico

* Este artigo retoma algumas discussões travadas no capítulo 5 da dissertação de mestrado intitulada *A torcida “precisa e imparcial”*: Istoé, *Veja* e o Plano Cruzado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (PPG-COM/UFF).

** Mestre em Comunicação (UFF) e professor da Unesa/RJ.

foram enquadradas como identificadas com o interesse nacional, ao passo que as posições críticas foram tratadas como defesa de interesses particulares. Dentre os diversos aspectos que merecem análise na cobertura, um é a dicotomia entre *técnica* e *política*, tema deste artigo.

A questão central discutida aqui diz respeito à natureza do Plano Cruzado, ou seja, aos *meios* utilizados para combater a inflação. É possível observar, na cobertura, alusões a dois aspectos diferentes do Plano: um, técnico, e outro, político. Esta divisão se sobrepõe aos argumentos daqueles que defendem e atacam o pacote econômico, e se encontra resumida no esquema abaixo.

Enquadramento: *a favor x contra*

	TÉCNICO	POLÍTICO
A FAVOR	Economistas ← competência técnica	Sarney e ministros ← personificação do interesse nacional
CONTRA	(inexistente)	Políticos e lideranças setoriais ← argumentos políticos

Em alguns momentos, essa dicotomia entre técnico e político chega a ser explícita. Eis um deles:

*Sob todos os aspectos, olhando-se o problema de uma maneira geral, a reforma econômica de Sarney representa uma audaciosa e competente tentativa de saneamento de uma desordem já velha de quase dez anos. Tecnicamente, parece claro que a reforma está concebida de tal forma que pode dar certo. Politicamente, percebe-se, tanto na apresentação das medidas quanto na preocupação social nelas embutidas, que há agora uma reforma na qual se pode engajar a sociedade [...]*²

A lista não prossegue. “Todos os aspectos” do Plano, na verdade, são dois: técnico e político.

O enquadramento *técnico a favor* destacou, como citado acima, a competência da reforma concebida pela equipe econômica e

decretada por Sarney, ou seja, o lado técnico das medidas, as fórmulas e regras de cálculos, bem como sua criação e formulação, como nesta passagem: “os 44 artigos do histórico decreto assinado em 28 de fevereiro em Brasília fornecem um número suficiente de motivos concretos e coerentes para se defender o acerto do caminho escolhido pelo governo [...]”.³

Sobretudo nas cinco primeiras semanas de cobertura, o pacote foi freqüentemente legitimado a partir da qualidade técnica das medidas que continha. De acordo com as revistas, vários argumentos sustentavam tal enquadramento. Primeiro, “uma das medidas da reforma que é, no fundo, a pedra de toque do êxito ou fracasso de tudo: o congelamento de preços”.⁴ O congelamento de preços estabelecido em 28 de fevereiro, com vigência de um ano, era a vedete do Plano, e tornou-se a principal razão de adesão popular às medidas. Segundo, a tabela de conversão. Instrumento a princípio complicado, a *tablita* foi apresentada assim: “Eis uma tabela que pode resultar numa fonte constante de boas notícias para o bolso dos cidadãos”.⁵

Terceiro, por ser um plano calcado nos exemplos anteriores – mas recentes e atuais – de outros dois países, Argentina e Israel.⁶ Observação, estudo, análise e aprendizado dos erros e acertos das duas experiências conferiam aos economistas segurança na elaboração do Plano. Em diversas ocasiões, além da competência técnica do plano em si, ressaltou-se como oportuno o momento escolhido para o lançamento das medidas, o que, em parte, se devia justamente ao aprendizado com os *choques* de outros países. *Istoé* citou as palavras de Delfim Netto: “quem faz a hora é o governo; e Sarney soube fazer a sua”.⁷

Quarto, por ter o reconhecimento e elogio daqueles que lidavam diretamente com a economia: “Os empresários e economistas, de um modo geral, também aplaudiram a reforma”.⁸ Além de generalizações deste tipo, citações elogiosas de indivíduos de renome dos dois grupos corroboravam o aspecto *técnico*. Uma reportagem de *Istoé*, por exemplo, afirmava que tanto o empresário Antônio Ermírio de Moraes e o “ex-ministro da Fazenda e do Planejamento Antônio Delfim Netto”,⁹ adversários em diversas ocasiões, apoiavam as medidas.

Mesmo assuntos problemáticos, como o cálculo das mensalidades escolares, cuja fórmula levou semanas para ser decidida pelo governo, poderiam trazer boas notícias para os leitores. O título da reportagem de *Veja* informando a decisão governamental era claro: "Ganham os pais".¹⁰ O mesmo se deu com o cálculo das prestações do financiamento da casa própria. Assim como se dera com as mensalidades escolares, "na conversão das prestações da casa própria, ganham os mutuários".¹¹ Da mesma forma que a matéria sobre as mensalidades escolares, trazia uma tabela explicando e ensinando "Como calcular sua prestação da casa própria".

O elogio da técnica se deu, também, pela ênfase na competência e capacidade dos autores da reforma, todos economistas.¹² Eles foram caracterizados por ambas as revistas como um grupo fundamentalmente coeso. Segundo as revistas, a coesão se dava por vários aspectos: todos eram economistas; eram formados nas mesmas universidades (Unicamp e PUC-Rio),¹³ trabalharam secreta e incansavelmente na elaboração do Plano; eram professores e acadêmicos competentes – reconhecidos por seus pares, publicavam livros, trabalhavam com complexas fórmulas e teorias econômicas, debatiam-nas em congressos no Brasil e no exterior. Para ficar com o exemplo de um ponto do pacote econômico, a *tablita*, *Veja* informava que "tal mecanismo foi estudado em detalhes pelos economistas brasileiros que nos últimos meses viajaram com freqüência a Buenos Aires para avaliar os efeitos da reforma monetária argentina".¹⁴ A competência dos economistas, portanto, estava calcada também no estudo da experiência da Argentina e de Israel, países que, como visto anteriormente, haviam realizado choques para combater a inflação. Em suma, foram esses homens de sólida formação técnico-teórica que fizeram, entre setembro de 1985 e fevereiro de 1986, "o planejamento técnico da martelada na inflação".¹⁵

No entanto, a importância dos economistas não se limitou à elaboração do Plano. Eles uniram esforços com ministros e o presidente para explicar e defender as medidas econômicas. Nesta tarefa, os economistas, principais fontes citadas nas reportagens, aparecem dando explicações técnicas, ao passo que Sarney e os ministros apresentam justificativas políticas e conjunturais. Em

certos momentos, os últimos recorrem a explicitamente aos formuladores do pacote:

VEJA – O plano cruzado é parecido com o plano austral, que levou a Argentina a um aprofundamento da recessão e do desemprego. O senhor não teme que isso ocorra também no Brasil?

PAZZIANOTTO – Os responsáveis pelo plano brasileiro afirmam que não existe nenhuma razão para que haja mudança substancial no desempenho da economia.¹⁶

Mas o Plano não estava resguardado apenas tecnicamente. Como afirma o editorial de *Veja* citado anteriormente, o pacote tinha audácia e competência tanto no aspecto político como técnico. A defesa política foi tão ou mais enfática que a técnica. Nela, destacam-se os ministros (principalmente os da área econômica) e o presidente Sarney, enquadrados como os executores e patrocinadores do Plano.

Os ministros, na verdade, aliam os caracteres técnico e político do Plano.¹⁷ João Sayad (Planejamento), Almir Pazzianotto (Trabalho) e, principalmente, Dilson Funaro (Fazenda) – o “trio de esperança”, nas palavras do fiscal do Sarney Omar Marczyński¹⁸ –, ao falarem sobre o Plano, fazem a defesa através da articulação destes dois lados. O elogio da técnica inclui também a competência dos ministros, principalmente o da Fazenda, como condutores do processo. O Plano era apresentado como uma competente e precisa elaboração técnica que incluía alguns itens acrescentados por decisão política dos ministros e de Sarney, preocupados em ganhar apoio popular. Os ministros aparecem como defensores e até mesmo explicadores¹⁹ de certos aspectos econômicos do plano, além de defensores e debatedores políticos, mas não são considerados “pais do Plano”. São mencionados como *líderes* da reforma, capazes de reunir uma equipe de especialistas extremamente competente, mas não como detentores do *saber técnico* que capacitava cada um dos economistas da equipe por eles formada a ser considerado um dos *pais* ou *arquitetos* da reforma.

No que diz respeito ao presidente, algumas reportagens afirmavam ser o Plano um golpe de mestre político dado por Sarney, que teria se lançado às medidas extremas na economia para aplacar

a crise com o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). O lançamento do cruzado seria, assim,

[...] principalmente uma demonstração de destreza política – uma vez que esse plano econômico de choque lhe ajudou a conjurar em poucas horas a rebelião que parte do PMDB costurou para encurralá-lo no Palácio do Planalto.²⁰

Apesar da eleição indireta, da posse quase fortuita (devido à internação repentina e ao posterior falecimento de Tancredo Neves), dos problemas com o PMDB e de estar “montado numa máquina rebelde e pasmacenta, apoiado por uma Aliança que briga mais consigo mesma que com uma oposição temível à esquerda e tímida à direita”,²¹ “espremido politicamente, administrando uma economia que dava sinais de falência administrativa, Sarney teve audácia e jogou-se na reforma”.²² Desta maneira, as mudanças na economia significavam o início de fato do governo Sarney, e constituíam uma prova de capacidade e inteligência, mas sobretudo de coragem política. Para *Istoé* e *Veja*, o momento de lançamento do Plano foi oportuno não só do ponto de vista técnico, mas também político – neste caso, em dois sentidos: salvou o governo, e captou o clamor popular por ação: “o entusiasmo com que a reforma foi recebida em todo o país é um extraordinário indicador de como a população brasileira estava ávida por mudanças e uma confirmação de que o momento escolhido para empreendê-las não poderia ter sido melhor”.²³

Sarney foi alçado à figura de herói, de grande líder que tivera a coragem de contrariar interesses poderosos, defender os trabalhadores (sobretudo os mais pobres) e lançar mão de medidas profundas e eficazes, diferentes dos paliativos usuais.

Percebe-se, assim, um movimento pendular em que ora se lança mão de argumentos políticos, ora de argumentos técnicos na defesa do Plano. O presidente e os ministros forneciam os argumentos conjunturais e políticos. As explicações econômicas, no entanto, ficavam a cargo dos economistas, principalmente os que, dentre a equipe que elaborara o Plano, ocupavam cargos no Executivo. Ou seja, embora de difícil compreensão (aspecto técnico), as medidas eram *corretas*, pois tinham preocupação social (aspecto político). O

veredicto, conciso, é dado por Victor Civita, proprietário da Editora Abril: “*Do ponto de vista político, social e econômico o país, como um todo, só ganhou*”.²⁴

Os argumentos técnicos contra o Plano estiveram praticamente ausentes da cobertura. Na amostragem que pesquisei, foram raríssimas as oportunidades em que houve espaço para críticas de técnicos, fossem de instituições situadas na oposição, como CUT e PT, ou de outros setores – universidades ou entidades patronais como CNI e FIESP.²⁵ Portanto, neste campo, verifica-se o abafamento das opiniões técnicas críticas ou contrárias ao Plano. Com isso, a oposição política acaba isolada e marginalizada como puramente interesseira.

No reduzido espaço que as reportagens dedicaram a contestações, normalmente estas não eram feitas por *técnicos*, mas sim por *políticos*,²⁶ usando argumentos fundamentalmente *políticos*. O mais importante a notar é que, mesmo quando as críticas eram feitas explicitamente com relação a aspectos econômicos e/ou técnicos, foram enquadradas pelas revistas como políticas, sobretudo porque não vinham de especialistas (economistas). Sendo assim, críticos de diversos segmentos – e não apenas os políticos – foram enquadrados nesta categoria. Em todas estas situações, o ponto de vista de onde o crítico falava era identificado, na cobertura, com a defesa de algum interesse particular – o que, algumas vezes, somava-se ao fato de fazer parte da oposição política ao governo, como no caso de muitos sindicalistas e membros de partidos.

Algumas críticas enquadradas como políticas atacavam o uso de decreto-lei para instituição do Plano. As reportagens, por sua vez, opunham a revolta dos críticos ao amplo apoio popular às medidas. Os críticos eram apresentados como um grupo heterogêneo. Na verdade, tratava-se de agentes cujo único ponto em comum era a crítica não-técnica ao Plano – e, muitas vezes, o aspecto criticado por um era elogiado por outro, o que, nas reportagens, acaba por conferir um caráter de incoerência e falta de solidez à argumentação. À parte essa heterogeneidade, mesmo entre os grupos com interesses mais homogêneos o Plano teve o efeito de desmobilizar e enfraquecer a oposição a Sarney. Mais uma vez, *Veja* citou como exemplo o movimento sindical:

Entre os trunfos colecionados pelo presidente José Sarney na esteira do pacote econômico, um deles, em especial, poderá lhe garantir uma dose razoável de tranqüilidade: as medidas adotadas conseguiram acentuar a divisão existente no movimento sindical e esvaziar, por tabela, ao menos momentaneamente, o projeto de uma greve geral.²⁷

Além dos sindicalistas, Leonel Brizola foi, no plano político, o principal crítico do Plano. *Veja*, por exemplo, referiu-se às “várias faces escorregadias do discurso brizolista”, afirmando que o governador teria prometido a Sarney apoio ao plano e, “três dias depois, na televisão, fez coro com a CUT ao afirmar que a reforma econômica configura um confisco salarial”.²⁸ O quadro que trazia estas afirmações foi colocado no interior de uma longa matéria elogiosa ao ministro Funaro. Estava ali o contraponto perfeito entre fracasso e sucesso, popularidade e impopularidade. O tratamento hostil dispensado a “Leonel Brizola, o crítico mais ferino da reforma econômica”²⁹ perdurou ao longo de toda a duração das medidas econômicas. Em praticamente todas as ocasiões em que seu nome era mencionado, acompanhava-o a pecha de crítico do Plano Cruzado. Quando o governador reclamou de discriminação por parte do governo Sarney, *Veja*, em duas páginas de reportagem, citou nada menos que sete fontes para contestar as afirmações de Brizola e criticá-lo. Entre elas, três membros da equipe econômica do governo: Andrea Calabi, “um importante assessor do Ministério da Fazenda” e “um assessor do ministro João Sayad”.³⁰

No que diz respeito aos representantes dos demais partidos políticos, que, a princípio, teriam se mostrado céticos quanto à reforma, as revistas apontaram também uma mudança de postura — só que contrária à do governador fluminense. Apenas uma semana após o lançamento do pacote, já era “tempo de conversão”³¹ para os que lhe haviam feito oposição. Conforme as revistas, mais do que esperteza, tratava-se de uma questão prática de sobrevivência política, pois em novembro haveria eleições, e as medidas haviam caído no gosto do povo.

Já as críticas de empresários e consumidores eram, muitas vezes, apresentadas pelas revistas como *dúvidas*, ou como comentários feitos por quem ainda não havia entendido como funcionaria a economia. Dificilmente eram enquadrados como

críticas pertinentes, que abordavam falhas ou aspectos negativos do pacote. Especialmente no caso de empresários e banqueiros, via de regra os textos das reportagens não entravam no mérito das críticas em si, mas deslegitimavam-nas, afirmando que eram feitas em nome dos interesses particulares e contra o interesse nacional. Assim, as críticas eram esvaziadas de qualquer conteúdo que pudesse atingir as medidas econômicas em si. Além disso, embora o ponto de vista desses críticos fosse enquadrado como *político*, as respostas a eles eram sobretudo técnicas.

Em suma, a divisão da cobertura entre técnico e político, e a subdivisão de cada um dos lados – a favor e contra – por esses eixos tem a vantagem de mostrar o quanto esta divisão, no lado a favor, tem uma função de complementaridade. Poder-se-ia falar, talvez, de uma combinação do tipo razão e sensibilidade, coragem e inteligência (“O corajoso e inteligente anúncio de medidas feito pelo governo”³²), ou mesmo fortuna e virtude. Desta forma, o Plano, somando qualidade técnica e coragem política, fazia com que, “pela primeira vez, [...] [fosse] possível ao cidadão brasileiro argumentar numa conversa, sem ser ridicularizado, que acredita na queda da inflação”.³³ Não por acaso, desde o início, “as reações foram largamente favoráveis, deixando os críticos em minoria”.³⁴ O Plano Cruzado seria, portanto, um pacote econômico único, do ponto de vista da qualidade *técnica*, ainda que acrescido de “concessões” impostas pelos políticos superiores hierarquicamente (Pazzianotto, Sayad, Funaro ou Sarney), sempre com motivação política, buscando angariar apoio popular e amenizar possíveis críticas.

No lado enquadrado como contrário às medidas, a divisão entre técnica e política enfraquece os argumentos, uma vez que as críticas técnicas praticamente inexistem na cobertura e, quando realizadas, são enquadradas como políticas. E as críticas políticas, como um todo, são deslegitimadas como motivadas por interesses particulares.

Embora o jornalismo econômico tenha se disseminado e desenvolvido durante a década de 1970, e, a partir do governo Geisel, tenha surgido a preocupação do jornalismo econômico de falar a públicos cada vez mais amplos, seu público permanecia restrito. Havia novos atores e interlocutores dentro do que se entendia por *economia*,³⁵ mas a linguagem continuava relativamente inacessível e

o interesse por parte do grande público permanecia praticamente inexistente.³⁶ No Plano Cruzado, por sua vez, a preocupação, a tarefa e os objetivos (ambições) do jornalismo econômico eram marcadamente maiores: falar a toda a população, ávida por explicações.

Segundo Pinto (1989, p. 145), a construção da gestão econômica do governo como algo científico – e, portanto, não suscetível a críticas – data do regime militar. Embora em 1986 a imprensa gozasse de ampla liberdade, se comparada ao período 1964-85, ela encampou abertamente a quase totalidade dos argumentos governamentais, quando se tratava de economia. Além disso, o aparecimento daquele grupo de economistas (os “pais do cruzado”) na vida política e na mídia é um exemplo da ascensão e legitimação, na mídia, do discurso tecnicista, que se pretende não-político – quando, na verdade, é essencialmente político, conforme Sarlo (2000).³⁷ O Plano Cruzado marca a ascensão da economia e dos economistas a uma posição de grande importância dentro da vida nacional. A economia tomou conta da política, num processo cujo auge se deu durante os oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O jornalismo participa deste processo através da predileção por discursos pretensamente neutros ou técnicos, em detrimento de posições políticas ou valorativas, ou seja, com valores claramente postos – novamente a desqualificação de Leonel Brizola é um exemplo emblemático.

Por fim, é possível que este enquadramento por parte de *Istoé* e *Veja* esteja relacionado a uma estratégia de defesa do Plano posta em prática pelo governo Sarney, em que todos trabalhariam na defesa das medidas, cada um de acordo com sua função no governo: políticos (ministros e presidente) o defendem politicamente, enquanto economistas o fazem por meio da técnica. Pode ser, também, que não se trate propriamente de um esquema preexistente, mas de simples decorrência da distribuição de funções no governo: cada um fala sobre aquilo que diz respeito a seu cargo. Por outro lado, é preciso considerar, também, que, sem dúvida, a mídia contribuiu para que esta arrumação tivesse efeito – conseqüentemente, contribuindo também para a defesa do Plano – na medida em que aceitou os interlocutores apresentados pelo governo e não foi buscar outros

interlocutores na sociedade, sobretudo economistas ou outros que pudessem argumentar com relação à *técnica*.

Notas

1. A noção de enquadramento está ligada à seleção sistemática de assuntos realizada pelo jornalismo, engendrando recortes da realidade. Em resumo, pode-se dizer que o enquadramento significa selecionar e salientar. Para uma discussão a respeito do conceito, ver Entman (1991; 1993).
2. "Carta ao Leitor". *Veja* 913, 5/3/1986, p. 19, grifos meus.
3. "Começa a era do cruzado", *Veja* 913, 5/3/1986, p. 22.
4. "Começa a era do cruzado", *Veja* 913, 5/3/1986, p. 23.
5. "Calcule prestações e investimentos", caderno "O guia do cruzado", p. 14. *Veja* 914, 12/3/1986. A *tablita* era o instrumento a ser utilizado na conversão, para cruzados, de dívidas feitas na moeda antiga (cruzeiros).
6. Ambos haviam realizado reformas econômicas *heterodoxas* em 1985 (Sardenberg, 1987, p. 116-118).
7. Beth Cataldo, "Como num outro país", *Istoé* 480, 5/3/1986, p. 21.
8. "Começa a era do cruzado", *Veja* 913, 5/3/1986, p. 27.
9. Beth Cataldo, "Como num outro país", *Istoé* 480, 5/3/1986, p. 21.
10. "Ganham os pais", *Veja* 916, 26/3/1986, p. 97-8.
11. "Um parto difícil", *Veja* 917, 2/4/1986, p. 78.
12. Esta coesão inicial é confirmada em depoimentos posteriores de alguns dos economistas. Cf. Solnik (1987). Segundo *Veja*, os membros da equipe eram João Manuel Cardoso de Mello, Pêrsio Arida, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Andrea Calabi, Luiz Carlos Mendonça de Barros, Edmar Bacha, Francisco Lopes, Fernão Bracher e André Lara Resende. Cf. "O grupo da Unipuc", *Veja* 914, 12/3/1986, p. 42-3. *Istoé*, por sua vez, apresentou praticamente a mesma equipe, apenas excluindo Francisco Lopes e Fernão Bracher. Jaime Matos e Ribamar Oliveira. "Pacote de risco". *Istoé* 480, 5/3/1986, p. 18.
13. Respectivamente, Universidade Estadual de Campinas e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
14. "A vida e a nova moeda", *Veja* 913, 5/3/1986, p. 32.
15. Jaime Matos e Ribamar Oliveira. "Pacote de risco". *Istoé* 480, 5/3/1986, p. 18.
16. Entrevista de Almir Pazzianotto, ministro do Trabalho, a Guilherme Costa Manso. *Veja* 913, 5/3/1986, p. 6.
17. Pinto (1989, p. 160-162), ao analisar os pronunciamentos de ministros, Sarney e Pêrsio Arida, afirma que a fala dos primeiros é uma espécie de meio-termo entre a do presidente (emotiva) e a de Arida (científica). Não as contradiz: pelo contrário, as articula.
18. "[...] temos o governo do nosso lado, temos o que eu chamo de 'trio de esperança' – que são os ministros Dilson Funaro, João Sayad e Almir Pazzianotto

– e temos a determinação de ir até o fim e não sofrer a grande frustração que se seguiu à campanha das diretas, em 1984.” Omar Marczyński, “Vamos até o fim”, *Veja* 914, 12/3/1986, p. 130.

19. Um exemplo: a reportagem “Pacote popular” relata a aparição de Dilson Funaro no *Programa Silvio Santos* de 16/3/1986, para responder a perguntas sobre o Plano Cruzado. *Veja* n. 916, 26/3/1986, p. 119.

20. Jaime Matos, “Pacote de risco”, *Istoé* 480, 5/3/1986, p. 18.

21. “O início de um governo”, *Veja* 913, p. 20. A Aliança Democrática era formada por PMDB e PFL (Partido da Frente Liberal).

22. “O início de um governo”, *Veja* 913, p. 21.

23. Víctor Civita, “Carta ao leitor”, *Veja* 914, 12/3/1986, p. 19.

24. “Carta ao leitor”, *Veja* 914, 12/3/1986, p. 19.

25. Respectivamente, Central Única dos Trabalhadores; Partido dos Trabalhadores; Confederação Nacional da Indústria; Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

26. Ou seja, membros, geralmente proeminentes, de partidos políticos. Os principais exemplos são os presidentes do PT, Lula, e do PDT (Partido Democrático Trabalhista), Leonel Brizola, na época também governador do Rio de Janeiro. Sindicalistas, quando criticavam o Plano, também eram enquadrados como políticos, como ocorreu com Jair Meneghelli, secretário-geral da CUT.

27. Quadro “Sindicalistas se dividem no desgosto”, *Veja* 914, 12/3/1986, p. 38.

28. Quadro “Brizola tropeça no pacote e se isola no PDT”, *Veja* 915, 19/3/1986, p. 40.

29. “Trombada no pacote”, *Istoé* 489, 7/5/1986, p. 28.

30. “O vale-tudo de Brizola”, *Veja* 924, 21/5/1986, p. 27.

31. Jorge Escosteguy, “Tempo de conversão”, *Istoé* 481, 12/3/1986, p. 21-3.

32. Víctor Civita, “Carta ao leitor”, *Veja* 914, 12/3/1986, p. 19.

33. “Começa a era do cruzado”, *Veja* 913, 5/3/1986, p. 22.

34. “Começa a era do cruzado”, *Veja* 913, 5/3/1986, p. 27.

35. É no governo Geisel que empresários começaram a se apresentar para debater economia e modelos de desenvolvimento. Para Abreu, o empresariado nacional, com cada vez menos espaço e voz no governo e nos projetos deste, voltou-se para a imprensa para expor suas posições, tentando conquistá-la como aliada. Além disso, a partir de 1977, empresários aderiram às campanhas pela abertura e anistia (2003, p.52-53). As circunstâncias dos anos de 1977-78 fizeram com que sindicalistas e acadêmicos também emergissem como interlocutores do debate econômico. Segundo a autora, “Muitos jornalistas se aproximaram de economistas que trabalhavam na universidade ou em instituições de pesquisa para obter dados e informações que lhes permitissem construir seus comentários” (Abreu, 2002, p. 26).

36. Abreu, 2003, p. 48.

37. A crítica de Sarlo se dirige não ao saber prático (técnico) em si, mas sim à ideologia do saber prático (técnico) – inclusive por, muitas vezes, se afirmar como não-ideológico. Segundo a autora, a ascensão destes especialistas (ou expertos),

em detrimento dos ideólogos, se dá à medida em que os saberes de seus campos específicos se tornam mais e mais necessários à produção. Ainda para Sarlo, estes especialistas “opinam como especialistas, a partir de bases acadêmicas ou das repartições do governo, e sua opinião obtém uma aura de objetividade, já que é *justamente* a opinião de um especialista, que se considera acima da disputa de interesses” (2000, p. 168). Para considerações sobre a ascensão dos expertos, cf. também Nogueira (2000).

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. Col. Descobrimo o Brasil.

_____. Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática. In: _____; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; KORNIS, Mônica Almeida. *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 13-74.

ENTMAN, Robert M. (1991). Framing U.S. coverage of international news: contrasts in narratives of the KAL and Iran Air incidents. *Journal of Communication*, Philadelphia, v. 41, n. 4, autumn, p. 6-26.

_____. (1993). Framing: toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, Philadelphia, v. 43, n. 4, autumn, p. 51-58.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Inventores do futuro: notas sobre os intelectuais, a política e a vida. *Revista Z, Programa Avançado de Cultura Contemporânea, UFRJ*, n. 3 2000. Disponível em <<http://acd.ufrj.br/pacc/z/rever/3/ensaios/marco.html>>. Acesso em: 12 out. 2002.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Com a palavra o senhor presidente José Sarney: o discurso do Plano Cruzado*. São Paulo: Hucitec, 1989.

SARDENBERG, Carlos Alberto. *Aventura e agonia: nos bastidores do Plano Cruzado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina*. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2000.

SOLNIK, Alex. *Os pais do Cruzado contam por que não deu certo*.
Porto Alegre: L&PM, 1987.